
Capitel das *Thermae Cassiorum* de *Olisipo* (Rua das Pedras Negras, Lisboa)

LÍDIA FERNANDES*

R E S U M O

Analisa-se um capitel de época romana encontrado no local onde se situavam as antigas Termas Cassianas da cidade de *Olisipo*. Este exemplar, apesar das suas pequenas dimensões e integrando uma morfologia e decoração atribuível a épocas mais tardias, permite apresentar algumas considerações sobre a plástica decorativa romana na antiga cidade de Lisboa. Importantes, também, se deparam as ilações sobre os *ateliers* de produção deste tipo de elementos arquitectónicos, tema sobre o qual, até à data, poucos contributos têm sido dados.

A B S T R A C T

The author studies a Roman capital found at the old public baths at *Thermae Cassianas* in the town of *Olisipo*. The exemplar analysed although its little dimensions and its late decorative composition allows the author to present some thoughts relating the Roman decorative styles in the old Roman city of Lisbon. Regarding the *ateliers* which produced this type of architectonic elements, important conclusions can be obtained, although the author reckons that their role is so little studied and so often forgotten.

1. Introdução

O capitel que agora analisamos foi descoberto durante os trabalhos de intervenção arqueológica realizados no jardim pertencente ao Ministério das Obras Públicas (Rua de S. Mamede n.º 21) entre 1992 e 1993 (Fig. 1), que aproveitou o edifício do antigo Palácio de Penafiel para a sua instalação (o que aconteceu a partir de 1919 e onde ainda permanece). Esta intervenção arqueológica possibilitou a descoberta do antigo Palácio de Correio Mor, construção pré-existente que sofreu grande destruição com o terramoto de 1755.

A intervenção arqueológica aqui efectuada não pode ser analisada separadamente de uma outra, feita entre 1991 e 1998, em quarteirão contíguo: Rua das Pedras Negras n.ºs 22–28 e Rua de S. Mamede n.º 23 (Fig. 2). Com efeito, por ocasião dos trabalhos de adaptação destes edifícios a sede da Secretaria-Geral do Ministério referido *supra*, foi colocado a descoberto o que se identificou como sendo as Termas dos Cássios, edifício termal já conhecido documentalmente mas, até então, sem comprovação arqueológica.



Fig. 1 Ortofotomapa da área onde se situa o actual Ministério das Obras Públicas, com indicação da zona do jardim onde foi realizada a intervenção arqueológica entre 1992 e 1993 e onde foi recolhido exemplar agora em análise.



Fig. 2 Planta com a indicação dos primeiros achados efectuados no século XVIII por D. Tomás Caetano de Bem — sinalizado no quarteirão do lado direito da imagem — e os que ocorreram na década de 1990 por equipa camarária, por ocasião dos trabalhos de adaptação desses edifícios a sede da Secretaria-Geral — mancha no quarteirão do lado esquerdo da imagem.

A exposição que nos deixou D. Tomás Caetano de Bem, datada de 17 de Maio de 1791, descreve detalhadamente uma parte destas termas, a qual teve oportunidade de ver pessoalmente, por ocasião das obras de reconstrução do Palácio do Correio Mor (depois Palácio de Penafiel, como referido). Os vestígios por ele observados referem-se à área do Palácio de Penafiel e não ao quarteirão nascente onde, entre 1991 e 1998 foram detectados os vestígios arqueológicos. A intervenção arqueológica em ambos os locais, foi levada a cabo por uma equipa camarária¹ onde interveio a signatária.

Recentemente, o Ministério das Obras Públicas solicitou a colaboração do Museu da Cidade da Câmara Municipal de Lisboa (Divisão de Museus - Departamento de Património Cultural), no sentido de realizar um projecto de adaptação do quarteirão das Pedras Negras (Secretaria-Geral) a espaço museológico, com o objectivo de integrar as ruínas arqueológicas ali existentes, possibilitando a abertura ao público o acesso a um espaço de inegável importância histórica e arqueológica para a cidade de Lisboa.

É neste contexto que apresentamos o actual trabalho, que se debruça sobre um dos poucos elementos de decoração arquitectónica da Época Romana recolhidos na intervenção arqueológica que teve lugar em 1992 no jardim do Palácio de Penafiel, hoje Ministério das Obras Públicas. Este capitel romano, pertencente à ordem jónica, integrará, futuramente, o espólio a ser exposto naquele espaço.

2. Análise descritiva e comparativa

Identificação

Classificação: Capitel jónico de coluna (Fig. 3).

Dimensões 2 (cm): alt. total – 17,5; dims. *scamillus* – 25 x 25; alt. *scamillus* – 5,5; compr. equino (cons.) – 36; compr. *pulvinus* (cons.) – 25; larg. *balteus* – 2; alt. colarinho – 1,5; Ø volutas – 10,5; Ø rosetas das volutas – 3,5; Ø base – 23.

Matéria: calcário de coloração branca/bege.

Estado de conservação: razoável, ainda que fragmentado: possui apenas um dos *pulvini*, ainda que incompleto e uma das faces do equino. O ábaco encontra-se ligeiramente partido num dos ângulos.



Fig. 3 Perspectiva da face frontal do capitel jónico.

A peça em apreciação não possui ábaco, sendo a parte superior ocupada por um *scamillus*. O equino apresenta um *kyma* decorado por três óvulos, separados entre si por pontas de flecha. Na parte inferior, um pequeno colarinho estabelece a ligação ao fuste. Lateralmente o *pulvinus* é decorado por folhas de água contrapostas, que se dispõem a partir do centro o qual é marcado por um pequeno *balteus* liso (Fig. 7).

O que mais ressalta neste exemplar, para além das suas reduzidas dimensões, é o facto de não possuir ábaco. Esta característica remete-nos imediatamente para uma reelaboração do capitel jónico em épocas tardias, onde se verifica o desaparecimento do ábaco, sendo este elemento substi-

tuído pelo *scamillus*. Originalmente, esta parte do capitel corresponde a um diminuto elemento de ajuste ou aplanção para um perfeito assentamento dos blocos. Este termo é normalmente aplicado às bases, já que se trataria de um pequeno elemento em cunha que possibilitaria o nivelamento da base com o estilóbato, cuja função era a de encaixe com a parte inferior do entablamento que se lhe sobrepunha.

Substituindo o antigo ábaco do capitel de época clássica, o *scamillus*, apesar de manter a mesma função que o elemento que lhe deu origem, abandona a função decorativa que anteriormente desempenhava no conjunto do capitel. No caso vertente, dada a acentuada altura desta parte do capitel (5,5 cm), este elemento mais parece constituir um plinto. Neste exemplar, esta parte do capitel apresenta-se como uma pequena faixa sobre elevada (1 cm de altura) na qual, lateralmente, se observa uma moldura recta a todo o seu perímetro, o que poderá ser considerado como pormenor decorativo, ainda que desapropriado pois não seria visível após integração no conjunto arquitectónico. Este pormenor, no entanto, obriga a estabelecer comparações muito próximas com um capitel de Frielas que tivemos oportunidade de estudar e ao qual nos referiremos mais detalhadamente (Fernandes, 2004, pp. 21–36).

O equino é decorado por três óvulos, quase completos, onde sobressai o óvulo central, dada a sua dimensão e morfologia acentuadamente arredondada (Figs. 3 e 4). A rodear os óvulos observam-se largas molduras. A separação entre os óvulos é realizada pelo que parecem ser duas pontas de flecha, posicionadas de cada lado do óvulo central. Exibem terminação triangular, com nítida separação entre a haste e a ponta, a qual possui uma morfologia triangular. Estas pontas de flecha encontram-se individualizadas por molduras relevadas, as quais definem, simultaneamente, os elementos separadores e os óvulos. O elevado grau de esquematização que as pontas de flecha apresentam permite aproximá-las a lancetas.



Fig. 4 Pormenor da face frontal do capitel jónico, concretamente o óvulo central, e as respectivas molduras que o enquadram.

Óvulos inteiros a decorar o equino surgem, mais frequentemente, a partir de época flaviana. Este motivo corresponde a uma recuperação de elementos de período augustano ou, inclusivamente, de fases anteriores, os quais em época flaviana vão ser novamente empregues ainda que a morfologia corresponda a uma reelaboração do ornamento original. Se, no caso vertente, observarmos três óvulos completos, seguindo, como referido, um léxico decorativo mais arcaico, as características da sua reprodução denunciam épocas bem mais tardias.

A dimensão que os óvulos ocupam e o espaço concedido às flechas separadoras é praticamente o mesmo, desempenhando assim, ambos os elementos, uma importância decorativa de igual volumetria e peso no conjunto da ornamentação desta parte do capitel. Este novo léxico afasta-se claramente das finas molduras que rodeavam os óvulos e o seu papel decorativo é tanto ou mais importante quanto o desempenhado por aqueles elementos, sendo que as molduras “...sembrano far corpo più com le freccette vicine, che com gli ovuli” (Pensabene, 1973, p. 250).

A composição do *kyma* aproxima-se ao apresentado por um capitel jónico de Óstia, datável do século III ou IV (Pensabene, 1973, p. 48), ainda que aqui o trabalho de trépano seja bastante mais evidente. Observamos o mesmo tipo de semipalmeta ainda que bastante mais desenvolvida no caso da peça de *Olisipo*, apresentando-se bem explanada e desempenhando maior importância no conjunto decorativo do equino (Fig. 5). Este pequeno elemento, que nasce da parte superior da voluta, é tradicional nos capitéis de boa época mas progressivamente tenderá a desaparecer dos *ornamenta* tradicionais do capitel jónico. Peças de época mais tardia geralmente não o apresentam e a sua inclusão neste exemplar depara-se singular, sobretudo se tivermos em conta que se trata de uma peça de tão pequena dimensão. Este elemento, composto por três lóbulos estilizados – com espessamento nas terminações finais que apresentam enrolamento – tem início na parte superior da fita



Fig. 5 Pormenor da face frontal da voluta do *pulvinus*. Note-se o diminuto enrolamento da voluta, que termina numa pequena roseta e a semipalmeta, que recobre na totalidade, um dos óvulos laterais.

da voluta, com a mesma largura desta e abrange praticamente toda a superfície dos óvulos laterais. Não obstante, não se encontra presente o canal da voluta, que se localizaria na parte superior do equino, imediatamente por baixo do ábaco. Este elemento tornar-se-á mais habitual nos séculos II e III por influência dos *ateliers* asiáticos (Herrmann, 1988, p. 9). A sua ausência neste exemplar mostra, mais uma vez, a perda progressiva dos múltiplos pormenores ornamentais que integram a decoração do capitel jónico.

A voluta dos *pulvini* é decorada por roseta central composta por três pétalas e com botão relevado (Fig. 5), sendo precisamente igual ao motivo que encontramos no capitel de Frielas referido *supra* (Fernandes, 2002, pp. 21–36). As pétalas deste elemento são bastante características devido à sua terminação exterior recta, ao invés da finalização mais habitual de morfologia arredondada ou em gota.

O talhe da peça é profundo, ou seja, os vários motivos são inscritos com um relevo muito acentuado, encontrando-se os elementos bem individualizados (Figs. 3 e 6). Esta característica afasta este exemplar de uma tendência que se reconhece no capitel jónico de épocas tardias onde os vários elementos se encontram apenas delineados, oferecendo o equino superfícies de mínima volumetria. Como afirma Carlos Márquez (1993, pp. 183, 184),

... el aspecto de la pieza cambia en la segunda mitad del siglo III y durante el IV. Del naturalismo provocado por los contrastes volumétricos se pasa a bloques rectangulares (...). La profundidad de la labra se rebaja hasta extremos tales que (...) la incisión se emplea para dibujar someramente sobre la piedra los distintos elementos que adornan el capitel.

Se verificamos esta tendência em algumas peças que conhecemos na região de Lisboa (Fernandes, 1998, pp. 233–236, n.º 6), na sua grande maioria os capitéis jónicos de época tardia do *territorium Olisiponense* seguem caminhos distintos no que respeita à sua elaboração.

Por fim, a parte inferior da peça apresenta uma moldura relevada, muito danificada, a qual deverá equivaler ao colarinho da peça. É possível vislumbrar uma moldura decorada com astrágalos e pérolas, ornamentação que permite estabelecer, mais uma vez, grandes semelhanças com o capitel jónico de Frielas, o qual assume “... o perfil de uma moldura simples pontuada por pequenas contas ovais de perfil pouco definido” (Fernandes, 2004, p. 22).

As características evidenciadas pelo exemplar que acabamos de analisar leva a atribuir-lhe uma cronologia tardia. Nos séculos III e IV, verificam-se alterações na linguagem decorativa do capitel jónico, o qual, sintomaticamente, passa a ter grande aceitação na arquitectura privada. Estas alterações decorativas, mas também formais e estruturais, alteram radicalmente estas peças: o ábaco desaparece, as peças diminuem de tamanho e a decoração torna-se mais estilizada omitindo-se, na maior parte dos exemplares, os pormenores decorativos constantes dos exemplares dos dois primeiros séculos da era.

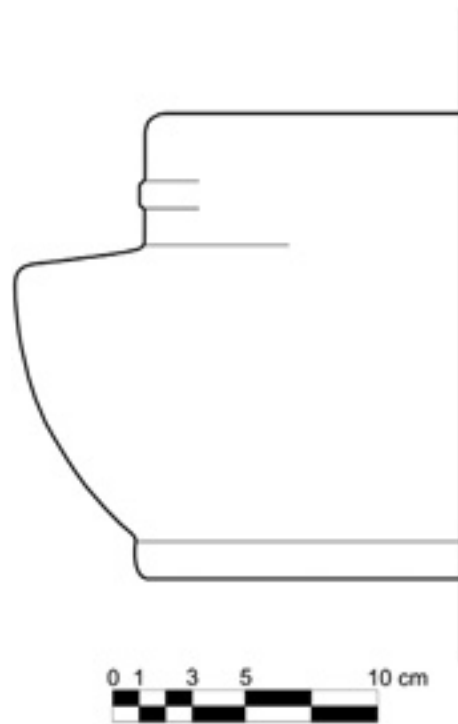


Fig. 6 Corte gráfico do capitel, abrangendo em perfil a sua face frontal.

Esta modificação do capitel jónico prende-se com novas influências decorativas e formais, deixando de ser a capital do Império, e por sua vez os *ateliers* asiáticos, a exercer a sua influência na Hispânia. Tal fenómeno é observável em Córdoba, onde

... el nexa artístico que une la capital de la Bética con la capital del Imperio se corta en la mitad del siglo III y durante este siglo y el siguiente serán las ciudades del norte de África las que participen en mayor medida de unas semejanzas con Córdoba ... (Márquez, 1993, p. 184).

A partir desta data assiste-se, efectivamente, à chegada de novas correntes ornamentais que se relacionam mais com o Norte de África do que com Roma, introduzindo alterações formais mas sobretudo decorativas, o que se verifica essencialmente na flor das volutas, em novos ornamentos no corpo do capitel e no elevado grau de esquematismo. Estas modificações que se operam nos capitéis de ordem jónica produzidos nas províncias ocidentais a partir da terceira centúria, são os responsáveis, em nossa opinião, pelo recrudescimento do interesse por esta ordem arquitectónica, a qual passa, a partir de então, a atrair de novo as atenções promovendo o paulatino abandono do capitel coríntio que vai perdendo a quase exclusividade que, até então, detinha. Este fenómeno, no entanto, obriga a considerar uma especificidade decorativa na Lusitânia ocidental distanciando-se da que ocorre no restante Império Romano.

O paralelo mais próximo deste exemplar é, com toda a evidência, a peça a que já aludimos por diversas vezes e que adornaria o peristilo da *villa* romana de Frielas. As semelhanças são tão evidentes que podemos afirmar, com toda a evidência, que estamos perante exemplares que saíram da mesma oficina e que, na sua manufactura foram empregues os mesmos modelos cartonados. Estas semelhanças estabelecem-se em inúmeros aspectos: igual léxico decorativo, inclusivamente nos pormenores mais individualizadores que nos oferecem as semipalmetas do *kyma*; igual colarinho; terminação recta das pétalas da flor trifólia que ornamenta frontalmente as volutas; moldura do *sca-millus*; ausência de ábaco; morfologia acentuadamente arredondada do óvulo central ou a importância desempenhada pelas molduras do *kyma*, entre outros aspectos.



Fig. 7 Perspectiva da face lateral, *pulvinus*, do capitel jónico.

O *pulvinus* da peça (Fig. 7) apresenta uma morfologia em balaústre, sendo decorado por folhas de água, bem delineadas, mas sendo apenas visível uma única folha pois a restante área da face lateral do capitel encontra-se danificada. O elemento foliáceo possui nervura central bem marcada, realizada em talhe biselado. Mais uma vez é evidente a semelhança com a peça de Frielas referida *supra*. Similitude que igualmente se verifica na presença do *balteus*, ou cinta, que adopta a forma de uma moldura sogueada.

A cronologia que atribuímos ao capitel de Frielas (Fernandes, 2004, p. 23) será a mesma que indicamos para esta peça: ou seja, entre os finais do século III e os inícios do século IV. Se no primeiro exemplar possuímos algumas certezas quanto à sua atribuição à *villa* romana, no segundo caso não será menos segura a sua integração nas termas cassianas, ainda que pela sua cronologia este capitel se inscreva nas obras de renovação do edifício termal —

sob o governo de Numério Albano, sob o consulado de Flávio Popílio Nepociano e Facundo e tendo por intendente da obra Aurélio Firmo, de acordo com a inscrição referida por D. Tomás Caetano de Bem em 1790 (Silva, 1944, pp. 114, 115) (Fig. 8).

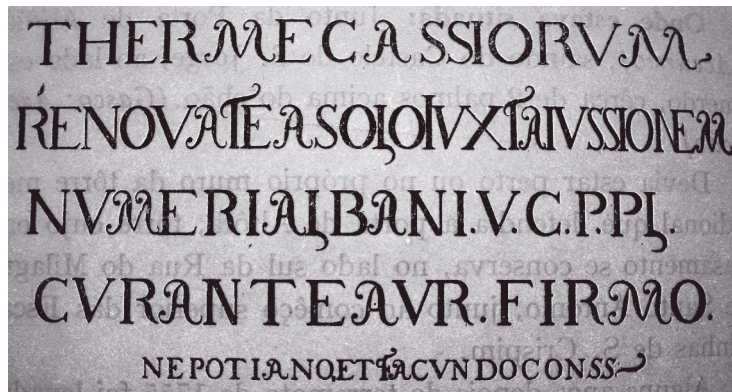


Fig. 8 A inscrição publicada por Vieira da Silva na sua *Epigrafia de Lisboa*, correspondente a à “cópia dum desenho da pasta s/n.º de inscrições lapidares de Cenáculo (Biblioteca Regional de Évora)” (Silva, 1944, p. 114, n.º 22).

3. Análise técnica e estilística

O que mais ressalta neste exemplar, para além da sua morfologia e pequena dimensão, é a extrema acentuação do seu relevo e, conseqüentemente, o intenso o contraste de volumes, o que se observa, de forma mais evidente, na parte inferior da curvatura do *kyma*, com acentuados efeitos de claro/escuro (Fig. 5).

Não distinguimos, neste exemplar, o recurso ao emprego do trépano. Caso tal se tenha verificado terá ocorrido pontualmente ou na primeira fase de talhe, de forma a facilitar o rebaixamento da superfície. Não obstante, qualquer indício do seu uso foi cuidadosamente disfarçado, uma vez que nada se observa que o denuncie, tendo sido, certamente, usados abrasivos de afeiçoamento que diluíram quase por completo alguns dos pontos mais profundos daquele trabalho. O instrumento mais utilizado foi, decerto, o cinzel, quer o de ponta quer o de terminação biselada. O acabamento da superfície indica, como já referimos, trabalho de afeiçoamento, sendo visível, em alguns locais, o polimento. Na parte superior do equino, na ligação com o *scamillus*, são evidentes os negativos do cinzel, que foi aqui empregue de forma mais intensa a fim de realizar o ângulo de ligação entre os dois elementos.

As semelhanças entre a peça que analisamos e a da *domus* da *villa* romana de Frielas são tão evidentes que nos leva a inferir, como referido *supra*, terem sido realizados pelo mesmo *atelier*. Com efeito, as similitudes decorativas são tão marcantes que não nos restam dúvidas quanto à proveniência de uma mesma oficina. A moldura do *scamillus* e a terminação recta das três pétalas da flor da

voluta, as quais são perfeitamente idênticas em ambos os exemplares, podem funcionar como detalhe definidor desta oficina pelo emprego do mesmo modelo cartonado.

Tais similitudes também se aplicam às dimensões destas duas peças. Com efeito, apesar de não serem exactamente iguais, sendo o capitel de Frielas ligeiramente maior, as diferenças que se observam são muito pequenas.

Quando analisámos o exemplar de Frielas afirmámos, a propósito do respectivo *atelier*, que se trataria de uma “... oficina local, de média qualidade, que trabalhava com encomendas particulares” (Fernandes, 2004, p. 28). Actualmente, e à luz deste novo espécime, partindo da ideia de que esta peça pertence ao edifício termal, teremos que alargar o âmbito do trabalho da oficina em questão, uma vez que responderia não apenas a encomendas privadas mas também a solicitações de entidades públicas, uma vez o capitel que decoraria as termas integra-se numa remodelação do edifício mandada fazer pelo próprio governador da província da Lusitânia (Silva, 1944, pp. 114, 115).

Este aspecto elucida-nos um pouco sobre o tipo de organização e funcionamento destas oficinas, realidade sobre a qual as informações de que dispomos são extremamente parcelares, sobretudo no que se refere ao território actualmente nacional³. Mas também este aspecto das encomendas deste tipo de elementos arquitectónicos – solicitações públicas bem como privadas – tem de ser visto à luz dos diversos contextos históricos.

4. Contextualização histórica e integração arquitectónica

Pouco podemos dizer acerca deste complexo termal de época romana. A ausência de qualquer publicação monográfica dedicada a este edifício, bem como a inexistência de um relatório detalhado da intervenção arqueológica⁴, impede qualquer comentário mais alargado e completo sobre um dos edifícios mais importantes da cidade de *Olisipo*, não apenas devido às suas dimensões e riqueza decorativa, que certamente o caracterizariam, mas particularmente pelo facto de ter permanecido em funcionamento até ao século IV d.C.

Tradicionalmente, atribui-se a edificação destas termas a *Quintus Cassius Longinus* e seu irmão *Lucius Cassius*, em data anterior a 49 a.C., período em que o primeiro desempenhou as funções de propretor da Hispânia Ulterior e o segundo o lugar de legado de propretor. Esta atribuição cronológica é feita em 1859 por Francisco Martins de Andrade na sua “Memória acerca duns restos de *Thermae Romanas* existentes em Lisboa”, manuscrito existente na Biblioteca Nacional e onde reproduz o texto de D. Tomás Caetano de Bem. Esta atribuição cronológica tem sido, desde aí, repetida por vários investigadores. Os primeiros vestígios deste edifício termal foram identificados pela primeira vez por D. Tomás Caetano de Bem que, em manuscrito datado de 1790 (Biblioteca Nacional de Lisboa: COD. 104), com o título *Notícia das Thermae ou Banhos Cassianos, e outros monumentos romanos modernamente descobertos na cidade de Lisboa*, nos descreve as ruínas no local onde, à data, se localizava o antigo Palácio do Correio-Mor, ou seja, na Rua de S. Mamede, em frente ao fontanário público aí existente. O facto de terem sido colocadas à vista outras partes deste edifício em espaço localizado em quarteirão contíguo (Rua das Pedras Negras n.ºs 22/28) no decurso da intervenção arqueológica a que já fizemos referência, leva a concluir da grande extensão que este edifício ocuparia, possivelmente, dois dos actuais quarteirões pombalinos (Fig. 2).

A implantação deste edifício em local tão próximo ao teatro romano obriga a estabelecer algumas relações.

Se observarmos o número de capitéis de ordem jónica que conhecemos para a cidade de *Olisipo* e respectiva área de jurisdição, observamos que o maior número é, inquestionavelmente, o que

se relaciona com o teatro romano. A ordem jónica é aqui utilizada no momento da edificação do monumento (início do século I d.C.), sendo empregue, novamente, em alturas posteriores quando, muito provavelmente, se terá procedido a acções de renovação decorativa e melhoramentos diversos que, decerto, um espaço como este continuamente exigiria. Desconhecemos se em 57 d.C., quando a estrutura do *proscenium* é renovada, são também encomendados novos capitéis e outros elementos arquitectónicos (Fernandes & Caessa, 2006–2007, pp. 83–102). No entanto, o facto de existirem múltiplos fragmentos de capitéis desta ordem (realizados em calcário branco e com a decoração talhada na própria peça), atribuíveis à 2.^a metade do século I d.C. ainda que se desconheça o seu preciso contexto arqueológico, permite afirmar que novas encomendas são feitas nessa centúria, o que reitera o apreço pela manutenção da ordem jónica.

Teremos que esperar mais de um século para encontrarmos, na cidade de *Olisipo*, novos capitéis jónicos. Esse intermeio temporal, no entanto, é preenchido por inúmeros exemplares de distintas ordens e subtipos, comprovando um gosto eclético, ao qual subjaz um conhecimento em permanente actualização que participa de novos modismos e tendências ornamentais, comprovando uma busca de novas soluções decorativas.

Todos os restantes exemplares jónicos que conhecemos são cronologicamente atribuíveis aos finais da terceira centúria e à seguinte.

Apesar das considerações formuladas, permanecerá a dúvida da inequívoca atribuição do capitel que agora analisamos às *Thermae Cassiorum*. A ausência de informações relativas à contextualização arqueológica dificulta uma interpretação clara. Apenas sabemos que este exemplar surgiu durante a fase final dos trabalhos arqueológicos levados a cabo no jardim do Palácio de Penafiel em níveis medievais, concretamente, em deposição secundária no interior de um silo⁵.

Desconhecemos, de igual modo, se terá sido a ordem jónica a empregue na decoração original deste edifício. O esquisso que D. Tomás Caetano de Bem apresenta na sua notícia permite imaginar o que terá sido uma das salas do edifício termal talvez correspondente ao *caldarium* (Fig. 9).

Se muitas questões sobre este monumento permanecem no nosso espírito, este pequeno elemento que agora apresentamos constitui uma pequenina peça de um enorme *puzzle* que foi, decerto, decorativamente, muito rico. A manutenção deste edifício por cerca de três séculos — aceitando a edificação deste complexo termal em meados do século I a.C. — pressupõe uma obra grandiosa, com uma implantação física largamente favorável. Aproveitando a quebra no terreno, em sentido nascente/poente, como acontece no teatro, as *Thermae Cassiorum* terão marcado a fisionomia da cidade por longo tempo, a par do teatro romano que pontuava a colina e marcaria a paisagem urbana. Ambos, em utilização num tempo longo, terão desempenhado bem o seu papel de símbolos da romanidade.

Sabemos que as *Thermae Cassiorum* foram remodeladas em 336, obras comprovadas pela inscrição, encontrada no local no século XVIII por Caetano de Bem e depois incluída na obra de Vieira da Silva (1944, pp. 114, 115, n.º 22) que apresenta a seguinte tradução:

Termas dos Cássios, renovadas desde os alicerces por mandado de Numério Albano, ilustríssimo varão, Governador da Província da Lusitânia; [sendo] superintendente da obra Aurélio Firmo, [e] cônsules Nepociano e Facundo.

Esta inscrição encontrava-se num tijolo, ou “*mattone de cor vermelha*” como refere Caetano de Bem, que estava colocado num dos nichos por ele identificado. As medidas deste tijolo são: 45 cm de altura por 67,5 cm de comprimento.

Suscita algumas dúvidas o facto de esta epígrafe ser em tijolo. Mais facilmente se entenderia que fosse em pedra, onde seria muito mais fácil a gravação de texto tão complexo e longo.

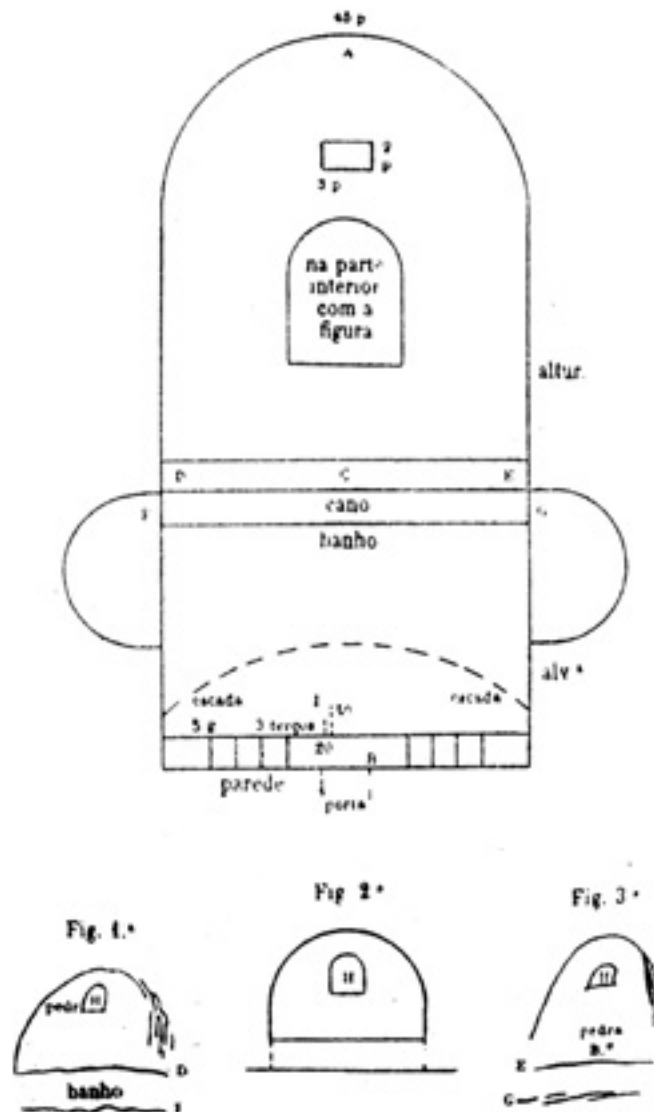


Fig. 9 Desenho publicado na obra de Vieira da Silva com a representação do troço das termas levantada por D. Tomás Caetano de Bem em 1771 (Silva, 1944, p. 49).

Mas também este aspecto da matéria-prima é de difícil entendimento. Com efeito, refere Caetano de Bem que se trata de “tejolo com as letras pintadas com zarcão”. Zarcão é um tetróxido de chumbo, também designado por mínio, corresponde a um composto químico que se apresenta como um pó de cor vermelha insolúvel em água. No entanto, a descrição de Frei Manuel do Cenáculo diz que se trata de um tijolo, feito de cal e areia, com o fundo vermelho (referido por Silva, 1944, p. 115). Também Cenáculo apresenta distintas dimensões, afirmando que a sua altura é de 4 palmos e meio, contrariando a informação de Caetano de Bem que diz “não mais de três palmos” (respectivamente 101,25 cm e 67,5 cm). Temos, assim, dimensões muito diversas de autor para autor, tal como distinta é a indicação da matéria-prima empregue. Apesar de parecer mais fiável a descrição que é feita por Caetano de Bem, que viu pessoalmente estas ruínas arqueológicas, não podemos deixar de estranhar o facto de existirem descrições e dimensões tão distintas em autores que são coevos do aparecimento dos achados.

O facto de esta inscrição, de dimensões razoáveis ter sido realizada em tijolo, sobretudo se pensarmos que se destinava a um local de banhos onde a humidade seria elevada, parece incongruente. Quanto à hipótese de esta inscrição se tratar de uma minuta, isto é, de uma prova, ou modelo, que posteriormente, o *ordinator* passaria para material definitivo, pedra ou bronze, dá conta em texto recente J. d'Encarnação (2009, pp. 481–493). Conclui este autor que, apesar do inusitado do material, mesmo não havendo certeza sobre qual seria, se trataria de facto, de uma inscrição que, no século XVIII, quando foi visualizada, se encontrava *in situ*, integrada no edifício, autenticando a sua existência, independentemente do suporte em que estaria gravada.

O termo “renovat(a)e a solo”, que é traduzido por “renovadas desde os alicerces”, inspira algumas dúvidas, podendo entender-se, também como tradução, a ideia de que foram “renovadas totalmente”. Renovação e construção de raiz são conceitos distintos. O serem renovadas, mesmo integralmente, pode entender-se como obras de restauro, aproveitamento da estrutura do edifício e manutenção de alicerces.

A esta indicação expressa de as termas terem sido “renovadas desde os alicerces” subjaz, em nossa opinião, uma intencionalidade de sublinhar o investimento e a grandiosidade da alteração, feita com o intuito de esconder ou subvalorizar o edificado anterior. A frase “renovadas desde o solo” significa, quanto a nós, uma “renovação total” do espaço e não, como se pretende dizer na inscrição, de forma literal, um derrube total do anterior edifício.

Na cidade de Lisboa, a par das alterações urbanísticas que se podem constatar, em igual período, em outras cidades hispânicas, operam-se profundas alterações nas edificações ao longo da época romana. As evidências materiais que, quanto a este aspecto, actualmente possuímos para a cidade de *Olisipo* são raras, ainda que a análise de alguns elementos arquitectónicos, nos evidenciem uma modificação do existente mas, também, uma nova linguagem e uma alteração de gosto levada a cabo, muito possivelmente, por distintos promotores.

O facto de um edifício público como as *Thermae Cassiorum* ter sofrido uma renovação que publicita a modificação das respectivas infra-estruturas, indica obras profundas. Alterações de gosto mas também da sua organização interna. Interessante verificar que uma edificação deste tipo continuou, volvidos três séculos, a justificar a sua manutenção. Este facto poderá também justificar-se pelas enormes somas monetárias que implicariam uma edificação integralmente nova.

As acções efectivas dos notáveis das cidades, essencialmente observada nos primeiros tempos da Paz Romana, quer promovendo eventos e festividades, quer construindo novos equipamentos ou remodelando outros, foram de inegável importância na adopção da nova roupagem de romanidade que era necessário implementar nas cidades de pleno direito romano. Na Lusitânia, esta ampla actividade é essencialmente levada a cabo nos dois primeiros séculos da nossa era (Andreu Pintado, 1999, p. 56). Mas se este papel, levado a cabo por promotores privados, era primordial no início do Império, vai continuar a sê-lo ao longo do domínio romano.

Em épocas mais tardias, o contributo privado, até então instigado, solicitado e propiciado, passa a ter um carácter cada vez mais determinante. Com efeito, a própria legislação romana visava a participação activa dos notáveis da cidade na manutenção dos edifícios públicos e na iniciativa de acções beneméritas, porquanto passa a constituir uma das poucas formas de fazer face ao crescente problema da manutenção dos edifícios públicos. Não obstante este apelo às elites locais, as distintas conjunturas deveriam obrigar a uma participação directa das várias autoridades provinciais e imperiais, perante uma crescente preocupação na manutenção dos múltiplos edifícios públicos numa conjuntura económica cada mais difícil.

A partir do século III na Lusitânia, como refere Andreu Pintado (1999, p. 58) “... el evergetismo se mantuvo en aquellas ciudades que conservaron cierto grado de desarrollo en dicha época

(*Olisipo*, *Ossonoba* o *Augusta Emerita*) pero actuando como evergetas los próprios emperadores y miembros de la administración”. Paralelamente, “... disminuye la participación privada espontánea y aumentan las obras ordenadas por los responsables de la administración imperial” (Andreu Pintado, 2001, p. 245), Curiosamente, como refere o mesmo autor, apesar desta generalização, *Olisipo* oferece, em toda a Hispânia, o único exemplo dessa mesma participação.

No que respeita a acções “beneméritas” de carácter construtivo na Lusitânia romana observamos que o início do Império é, claramente, a época em que a acção dos privados mais se faz sentir. Um caso exemplar é o do próprio teatro romano de *Olisipo*, situado em local próximo, a nascente das termas Cassianas e erigido nos inícios do século I d.C. A renovação que se opera em 57 d.C. (Fernandes, 2005, pp. 83–102; Fernandes, 2007a, pp. 27–39; Fernandes & Caessa, 2010, pp. 83–102), mandada fazer pelo liberto *Caius Heius Primus* documenta, exemplarmente, a magnitude destas acções construtivas levadas a cabo por particulares.

As alterações que se verificam neste monumento cénico são essencialmente decorativas, abrangendo a área mais visível do teatro, isto é, a zona da *orchestra* e do *frons pulpitem* da estrutura do *proscenium*. Apesar desta interpretação, a continuação dos trabalhos poderá delinear novos contornos quanto a possíveis alterações do edifício em termos estruturais. Em época tardo-romana (provavelmente nos séculos IV e V), observa-se no teatro uma alteração funcional, o qual abandona a sua vocação enquanto espaço cénico sendo aproveitado para distintas funções e objectivos, observando-se uma reconversão funcional das suas estruturas e progressiva desmontagem arquitectónica com o conseqüente reaproveitamento de matéria-prima.

Melchor Gil (1993, p. 464, Tabla II) dá conta, na Hispânia, de doze inscrições que referem actos de beneméritos em espaços termais, número muito superior a qualquer outro referente a construções cívicas fechadas. Duas destas são referentes às Termas dos Cássios e as restantes são registadas nas cidades de *Cartima*, *Murgi*, *Aurgi*, *Archena*, *Tagili*, *Lucentum*, *Segóbriga*, em *Tarraco* (com duas inscrições) e, finalmente, em *Barcino*.

Se compararmos termas e teatro verificamos, como acabamos de explicitar, distintas soluções de aproveitamento arquitectónico no que respeita às modificações feitas, nas respectivas estruturas, em épocas tardias. Correspondendo ambos a edificações públicas e construídas em data relativamente próxima, teremos, quanto ao primeiro caso, um certo reaproveitamento do edifício original, ainda que muito possivelmente uma reorganização interna e uma substituição dos elementos arquitectónicos decorativos, na qual se poderá incluir o capitel agora em análise. No segundo caso temos uma remodelação em meados do século I, que pensamos ser essencialmente decorativa mas que se poderá traduzir também em obras estruturais na sua envolvência e, finalmente, a partir do século IV, um abandono do usufruto público e uma apropriação individual de algumas das suas áreas.

Obviamente que não poderemos apor como justificativa desta alteração uma simples retracção dos proventos económicos da província. Bastará recordar a edificação do circo romano na actual Praça D. Pedro IV (Rossio) e parte nascente da Praça da Figueira (Fernandes & Vale, 2002), construção que deverá datar dos finais do século II ou inícios da terceira centúria ou, segundo outras opiniões, do princípio do século IV (Sepúlveda & *alii*, 2002, pp. 258, 259)⁶, para se concluir que a explicação de tal fenómeno não poderá corresponder a uma ausência de investimento. O que se verifica será, antes de mais, uma profunda alteração da sociedade e um afastamento, cada vez mais claro, dos cânones tradicionais da cultura latina o que deverá ser explicado, entre outros aspectos, por uma crescente miscigenação da sociedade hispânica.

Esta alteração dos espaços públicos citadinos, onde se verifica, em muitos casos, uma apropriação individual de antigas edificações de usufruto público, pode ser documentada em *Olisipo*:

a via romana detectada no Claustro da Sé de Lisboa (Amaro & Matos, 1996), dividida com muros que a cortam transversalmente, ou o caso das cetárias detectadas na Rua dos Correiros e adaptadas a área habitacional em época tardia — concretamente no pátio de acesso a alguns dos tanques, onde foi erigido um muro revestido a estuque e com pintura a fresco⁷ — são exemplos que ilustram uma privatização de antigos espaços públicos ou semipúblicos (Fernandes, 1997, vol. I, pp. 205–208).

A cronologia que apontamos para o capitel jónico agora em apreço indica uma nova encomenda e não um reaproveitamento de uma peça anterior. Encontramos aqui uma nítida distinção em relação ao que acontece nos capitéis, bases e fustes do teatro romano. Estes elementos arquitectónicos são mantidos ao longo dos séculos naquele edifício, não se assistindo à sua substituição, ainda que existam múltiplos fragmentos de capitéis jónicos não estucados.

Mas o que este pequeno capitel jónico das Termas Cassianas nos documenta é, não uma “marmorização da arquitectura” — seguindo a terminologia de Álvarez Martínez (1992, pp. 90–91), processo que havia sido levado a cabo na cidade de *Olisipo* em meados do século I d.C. — mas sim uma “calcarização” dos elementos marmóreos. Desconhecemos se por algum decréscimo da produção de mármore da região alentejana ou se, pelo facto de ser de muito mais fácil obtenção o calcário branco, documenta-se, a partir dos finais do século I/inícios da segunda centúria na cidade de *Olisipo*, um emprego crescente e total do calcário — mais branco nos primeiros tempos e de cor acentuadamente rosa, posteriormente — que passa a substituir, quer a antiga técnica do calcarenito (também designado por urgeiro ou calcário conquífero) revestido a estuque, técnica de tradição tardo republicana, quer o mármore branco da região de Vila Viçosa e Pardais usado em meados do século I d.C.

Não obstante a ausência de dados relativamente às condições do achado deste capitel e partindo do princípio de que esta peça pertenceria de facto às Termas Cassianas, as suas particularidades impelem a apontar para uma importante renovação decorativa do edifício. Temos, deste modo, uma plástica decorativa similar, que emprega a mesma ordem arquitectónica em dois dos mais emblemáticos edifícios da cidade de *Olisipo*: o teatro e as termas.

O facto de não vermos aplicada a ordem coríntia, claramente a que suscitou mais apreço em todas as partes do Império a partir de meados do século I d.C., mas sim a jónica e a manutenção desta ordem ao longo da vida útil de, pelo menos um destes edifícios: o teatro, pode ser entendida como clara intencionalidade de vincar a ancestralidade do edifício, remetendo esta ordem arquitectónica, simbolicamente, para a época áurea do Império.

Assiste-se assim, na cidade de Lisboa, e em termos gerais na área do *territorium Olisiponense*, a uma recuperação da antiga ordem jónica em período tardio.

... se assistimos no início do Império à elaboração de capitéis de grandes proporções, realizados em pedra local que depois seria estucada e pintada, rapidamente esta técnica será substituída por outras soluções. O capitel jónico apenas voltará a atrair as atenções quando as peças diminuam de tamanho e quando a decoração for realizada no próprio bloco pétreo, mais como um baixo-relevo com uma ornamentação esquemática, ao invés da decoração orgânica, a qual exigiria um amplo conhecimento das temáticas e regras decorativas dos *ateliers* definidores da plástica imperial (Fernandes, 2004a, p. 28).

Capitéis jónicos de <i>Olisipo</i> e do <i>territorium Olisiponense</i>			
N.º	Proveniência	Contexto arquitetónico	Cronologia
1	Teatro romano de Lisboa	Fachada cénica	inícios século I
2	Teatro romano de Lisboa	Fachada cénica	inícios século I
3	Teatro romano de Lisboa	Fachada cénica	inícios século I
4	Teatro romano de Lisboa	Fachada cénica	inícios século I
5	Teatro romano de Lisboa	Fachada cénica	inícios século I
6	Teatro romano de Lisboa	?	2.ª metade século I/II (?)
7	Teatro romano de Lisboa	?	2.ª metade século I (?)
8	Teatro romano de Lisboa	?	2.ª metade século I (?)
9	Teatro romano de Lisboa	?	2.ª metade século I (?)
10	Teatro romano de Lisboa	?	2.ª metade século I (?)
11	Teatro romano de Lisboa	?	2.ª metade século I (?)
12	Teatro romano de Lisboa	?	2.ª metade século I (?)
13	Teatro romano de Lisboa	?	2.ª metade século I (?)
14	Teatro romano de Lisboa	?	2.ª metade século I (?)
15	Teatro romano de Lisboa	?	2.ª metade século I (?)
16	Teatro romano de Lisboa	?	2.ª metade século I (?)
17	Teatro romano de Lisboa	?	2.ª metade século I (?)
18	Teatro romano de Lisboa	?	2.ª metade século I (?)
19	Teatro romano de Lisboa	?	2.ª metade século I (?)
20	Teatro romano de Lisboa	?	2.ª metade século I (?)
21	Teatro romano de Lisboa	?	2.ª metade século I (?)
22	Teatro romano de Lisboa	?	2.ª metade século I (?)
23	Rua das Canastras	?	século III (2.ª metade ?)
24	Praça da Figueira	Monumento funerário (?)	2.ª metade/finais século III
25	Praça da Figueira	Monumento funerário (?)	finais século III/inícios século IV
26	arredores de Lisboa	Sem contexto	finais século III/inícios século IV
27	S. Miguel de Odrinhas	<i>Villa</i>	finais século III /século IV
28	Frielas	<i>Domus da villa</i>	finais século III/inícios século IV
29	Rua das Pedras Negras	Termas	337 d.C. (?)
30	Sé de Lisboa	?	século IV

NOTAS

- ¹ Escavação onde interveio a signatária. Trabalhos dirigidos por A. Dias Diogo. Apesar de terem decorrido mais de dez anos, até ao momento não dispomos do relatório final da intervenção arqueológica.
- ² Alt. = altura; dims. = dimensões; compr. = comprimento; larg. = largura; Ø = diâmetro.
- ³ Sobre aspecto das oficinas de produção, tivemos oportunidade de tecer algumas considerações no trabalho realizado em 1997 sobre os “Capitéis romanos da Lusitânia ocidental” (Fernandes, 1997, vol. IV, pp. 235–280). No entanto as peças aí analisadas referem-se a uma área geográfica que não abarca nem a totalidade do actual território português nem toda a província da Lusitânia. Temos vindo a dedicar alguma atenção a esta problemática existindo indícios de uma articulação bem organizada destas oficinas que podemos considerar itinerantes, para os séculos III e IV.
- ⁴ Existe um relatório de acompanhamento arqueológico, intitulado: “Intervenção Arqueológica de Emergência na Rua das Pedras Negras, n.º 22/28. Relatório Preliminar”, assinado por A. Dias Diogo e datado de Abril de 1991. Este texto tem duas páginas, dois mapas de localização, dois desenhos: uma planta e um perfil, que são da autoria da signatária (L.F.) e seis fotografias. Existe ainda um outro relatório de escavação, datado do mesmo ano, que não tivemos oportunidade de consultar mas que acreditamos não ser muito distinto do primeiro. Não existe, no entanto, qualquer relatório de 1998, ano em que a intervenção finalizou, ou de época posterior.
- ⁵ Agradecemos ao nosso colega Dr. Rodrigo B. da Silva, que igualmente participou nesta intervenção arqueológica, estas amáveis indicações, as únicas a que pudemos recorrer na ausência de qualquer publicação sobre o assunto.
- ⁶ Pensamos ser deveras estranha a cronologia apontada por estes investigadores. A explanação que os autores dão a esta datação “... a partir da segunda metade do século III, ou mesmo nos inícios do século IV” (p. 259) é totalmente contraditória ao afirmarem que os dois únicos fragmentos de *sigillata* encontrados dentro e por baixo da estrutura da *spina* são atribuíveis ao período compreendido entre meados do século I e os finais do século II. Por outro lado, referem explicitamente que “... a hipótese da sua edificação — após o desactivar da necrópole — torna-se bastante plausível ...” (p. 259). Até ao momento nada nos leva a crer que a construção do circo apenas se tenha verificado depois da desactivação da necrópole. Muito pelo contrário, pensamos que as duas situações — circo e necrópole — tenham, durante um certo período de tempo, coexistido.
- ⁷ Comunicação oral proferida nas *I Jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e do Sado* (Seixal, 1991) intitulada: “Elementos sobre a romanização da cidade de Lisboa: a sondagem n.º 34 da Rua dos Correiros”, e proferida por Lídia Fernandes, Rodrigo Banha da Silva e A. M. Dias Diogo.

BIBLIOGRAFIA

- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María (1992) - El templo de Diana. *Cuadernos de Arquitectura Romana*. Múrcia. 1, pp. 83–93.
- AMARO, Clementino; MATOS, José Luís de (1996) - Trabalhos arqueológicos no Claustro da Sé de Lisboa – notícia preliminar. In FILIPE, Graça; RAPOSO, Jorge Manuel Cordeiro, eds. - *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal: Câmara Municipal; Lisboa: Dom Quixote, pp. 215–224.
- ANDREU PINTADO, Javier (1999) - Munificencia pública en la *Provincia Lusitania*: una síntesis de su desarrollo entre los siglos I y IV d.C. *Conimbriga*. Coimbra. 38, pp. 31–63.
- ANDREU PINTADO, Javier (2001) - “Thermae Cassiorum”: ocio y evergetismo en la “Olisipo” tardoantigua. In *Hispania en la Antigüedad Tardía, ocio y espectáculos: actas del II Encuentro Hispania en la Antigüedad Tardía, Alcalá, octubre, 1997*. Alcalá de Henares: Universidad, pp. 239–253.
- BEM, D. Thomas Caetano de (1791) - *Notícia das thermas ou banhos cassianos, e outros monumentos romanos, modernamente descobertos na cidade de Lisboa*. Manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, Secção de Reservados (cota: Cod. 104).
- ENCARNAÇÃO, José d’ (2009) - As Termas dos Cássios em Lisboa: ficção ou realidade? In *Lusitânia Romana – Entre o Mito e a Realidade*. Cascais. *Actas da IV Mesa Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana* (2004). Cascais: Câmara Municipal, pp. 481–494.
- FERNANDES, Lídia (1997) - *Capitéis romanos da Lusitânia Ocidental*. Lisboa. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- FERNANDES, Lídia (1998) - Capitéis romanos do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 16, pp. 221–284.
- FERNANDES, Lídia (1999) - Elementos arquitectónicos de época romana da Casa dos Bicos, Lisboa. *Conimbriga*. Coimbra. 38, pp. 113–135.
- FERNANDES, Lídia (2001) - Capitéis do teatro romano de Lisboa. *Anas*. Mérida. 14, pp. 29–51.
- FERNANDES, Lídia (2004) - Decoração arquitectónica da *villa* romana de Frielas: capitéis e bases. In *Arqueologia como documento* (Catálogo da Exposição). Loures: Câmara Municipal, pp. 21–36.
- FERNANDES, Lídia (2006) - O teatro de Lisboa: novos resultados. In *Los Teatros Romanos de Hispania - III Jornadas Cordobesas de Arqueología Andaluza (Córdoba, 2002)*. Córdoba: Universidad, pp. 181–204.
- FERNANDES, Lídia (2007) - Teatro romano de Lisboa: os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica. *Al-madan*. Almada. 15, pp. 27–39.
- FERNANDES, Lídia; CAESSA, Ana (2010) - O *proscenium* do teatro romano de Lisboa: aspectos arquitectónicos, escultóricos e epigráficos da renovação decorativa do espaço cénico. *Arqueologia & História*. Lisboa. 58–59, pp. 83–102.

- FERNANDES, Lídia; VALE, Ana (2002) - Intervenção arqueológica na Praça de D. Pedro IV (Rossio) em Lisboa. In 3.º *Encontro de Arqueologia Urbana – Actas 20-23 Fevereiro de 1997*. Almada: Câmara Municipal, pp. 109–121.
- FERNANDES, Luís da Silva (2005) - *C. Heius Primus, augustalis perpetuus*. Teatro e encenação do poder em *Olisipo*. *Mathesis*. Viseu. 14, pp. 29–49.
- FIGUEIREDO, Borges (1889) - As *thermae* dos Cassios, em Lisboa. *Revista Archeologica*. Lisboa. 3, pp. 149–154.
- GUTIÉRREZ-BEHMERID, María Ángeles (1988) - Bases para un estudio del capitel jónico en la Península Ibérica. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 54, pp. 65–135.
- GUTIÉRREZ-BEHMERID, María Ángeles (1992) - *Capiteles romanos de la Península Ibérica*. Valladolid: Universidad.
- HERRMANN, John J. (1988) - *The Ionic capital in Late Antique Rome*. Roma: G. Bretschneider.
- MÁRQUEZ, Carlos (1993) - *Capiteles romanos de Corduba Colonia Patricia*. Córdoba: Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba.
- MELCHOR GIL, Enrique (1993) - Construcciones cívicas y evergetismo en Hispania romana. *Espacio, Tiempo y Forma. Historia Antigua*. Madrid. Serie II. 6, pp. 443–466.
- MOITA, Irisalva, ed. (1994) - *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- PENSABENE, Patrizio (1973) - *Scavi di Ostia, VII: i capitelli*. Roma: Libreria dello Stato.
- SEPÚLVEDA, Eurico; VALE, Ana; SOUSA, Vítor; SANTOS, Vítor; GUERREIRO, Natalina (2002) - A cronologia do circo de *Olisipo*: a *terra sigillata*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:2, pp. 245–275.

